

FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO PARÁ¹

Bernardo Mançano Fernandes²

No ano de 1989, o MST começou seu processo de territorialização no estado do Pará. Especializando a luta pela terra, os primeiros trabalhos foram feitos por sem-terra vindos dos estados de Goiás, Maranhão, Ceará e Pernambuco. É importante lembrar que desde o Primeiro Encontro Nacional do MST, em Cascavel, em janeiro de 1984, e do seu 1º Congresso, em Curitiba, janeiro de 1985, grupos de trabalhadores rurais paraenses participaram desses eventos, na perspectiva de criarem o Movimento no Pará e intensificarem a resistência camponesa. Desse modo, alguns Sindicatos dos Trabalhadores Rurais vinculados à CUT e os trabalhos da CPT foram as principais referências que os sem-terra tiveram no início da articulação de apoio à construção do MST - PA. No dia 10 de janeiro de 1990, o MST fez sua primeira ocupação no Pará, que ocorreu no município de Conceição do Araguaia, no Sudeste Paraense, quando em torno de cem famílias ocuparam uma área da fazenda Ingá. Outra parte desse latifúndio de quinze mil hectares estava ocupada por posseiros, que vinham enfrentando jagunços e resistindo na terra. Iniciavam, assim, as ações do MST no Pará: sem-terra lutando junto com posseiros em um dos estados de maior violência contra os trabalhadores rurais.

Desde a década de 1960, com a construção da Belém – Brasília, e na década de 1970, com a Transamazônica, intensificou-se o movimento migratório das famílias camponesas, especialmente do Nordeste, como do Sul e do Sudeste que vinham em busca da terra livre. Compreendida, conforme Martins: como um:

“direito que, embora revogado pelo governo, em 1850, permaneceu inscrito nas concepções e na experiência de muitos trabalhadores, congruente, aliás, com o tipo de agricultura que praticam. E mais: um direito de que os trabalhadores se apropriaram em algum momento da história social do país...”

¹ Dedico este texto a Dom Tomás Balduino, por seu compromisso com o povo sem-terra, e às memórias de Oziel, Onalicio e Valentim, militantes do MST que tombaram na luta pela terra, acreditando na realização da reforma agrária e num Brasil de Justiça.

² Geógrafo, professor e pesquisador no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente – SP. Membro do Setor de Educação e da Articulação dos Pesquisadores do MST. E-Mail: bmf@prudente.unesp.br.

Exatamente por tudo isso, os trabalhadores rurais entram em conflito, hoje, com o direito dominante, que conclama a propriedade absoluta da terra, reunindo num direito único a posse e o domínio." (Martins, 1991, 68. Grifos no original).

No processo de territorialização do capital, as terras indígenas e as terras de posseiros foram sendo apropriadas por grandes empresas como por exemplo: Wolkswagem, Bradesco, Banco Econômico, Bamerindus, Lunardelli etc., inclusive com subsídios governamentais. (Hébette, 1991, p. 7; Oliveira, 1987, p. 69; Oliveira, 1997, p. 125; Coelho, 1997, p. 501) Dessa forma, os latifúndios e as grandes propriedades fechavam o cerco aos povos indígenas e aos camponeses, aumentando os conflitos por terra na Amazônia. Somente no Pará, no período da ditadura militar, foram assassinadas 214 pessoas (MST, 1986). No período da Nova República, a violência contra os posseiros, peões, religiosos, sem-terra e sindicalistas aumentou. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, no Pará, foram assassinadas 389 pessoas no período 1985 - 1998. Sendo que dos treze julgamentos ocorridos, dez executores foram condenados e três absolvidos. (CPT, 1999). São muitas as referências a respeito da violência e da impunidade na luta pela terra no Pará³. Foi nesse processo de resistência dos posseiros e de enfrentamento com os latifundiários, que o MST veio participar da luta no estado.

Em janeiro de 1992, posseiros e sem-terra comemoravam a implantação do assentamento Ingá. Depois de dois anos de luta e resistência dos posseiros e dos sem-terra, o MST conquistara seu primeiro assentamento. Ainda em 1990, no mês de julho, 150 famílias organizadas no Movimento ocuparam a fazenda Canarana, também no município de Conceição do Araguaia, resistiram e a conquistaram em 1993. No final de 1990 e início 1991, os sem-terra com o apoio da CPT intensificaram os trabalhos de base na microrregião de Marabá. Depois de sete meses de reuniões nas comunidades, mobilizaram em torno de três mil famílias, e decidiram organizar uma ocupação massiva. Nesse tempo, as lideranças foram seguidas pela Polícia Federal e o telefone da secretaria do MST foi grampado. Em meados de junho de 1991, as polícias Civil, Militar e Federal fecharam todas as saídas da cidade de Marabá para impedir a ação dos sem-terra. No dia 17, cercaram a quadra onde estava localizada a secretaria e prenderam 7 lideranças, acusando-as de serem *guerrilheiros* e de promoverem *invasões* de terras em série na região.

³ Além dos citados, destacamos também entre outros, os trabalhos: Kotscho, 1982 e 1984; Oliveira, 1988; Pinto, 1980; Emmi, 1988; Figueira, 1986 e 1992; Oliveira filho, 1991; Leroy, 1991.

A prisão das lideranças do MST acontecia no cenário do poder, da violência e da impunidade dos latifundiários, das milícias armadas e das polícias. Também era mais uma investida do governo Collor, que designou e enviou um delegado da Polícia Federal, de Brasília, para a comandar a operação contra o MST. A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos protestou contra a prisão arbitrária e se empenhou para libertar os sem-terra. Todavia, ainda ficaram presos por noventa dias. Com essa perseguição política contra os sem-terra, os latifundiários tentavam destruir o MST - PA, mas o que conseguiram foi a desmobilização das atividades realizadas na microrregião de Marabá. Ainda no final de 1991, os trabalhos de base foram retomados para a reorganização dos grupos de famílias. Em maio de 1992, os sem-terra participaram de uma jornada de lutas com os sindicatos de trabalhadores rurais filiados à CUT, entregando reivindicações ao Incra e ao governo estadual para a desapropriação de áreas ocupadas por posseiros e sem-terra. No dia 16 de julho, um ano e um mês depois das prisões, quinhentas e quarenta e oito famílias sem-terra ocuparam a fazenda Rio Branco, no município de Parauapebas, latifúndio de vinte e dois mil hectares, pertencente aos Lunardelli⁴.

A desocupação da fazenda Rio Branco foi imediata. A ação de despejo aconteceu no decorrer da ocupação, enquanto algumas famílias ainda chegavam para ocupar, outras já estavam sendo despejadas. A Polícia agiu rapidamente e com o apoio dos jagunços da fazenda aprenderam as ferramentas dos trabalhadores. Nas lições das experiências de luta e resistência, os sem-terra foram aprendendo, nas ocupações, a preverem possíveis desdobramentos da reação dos latifundiários e do Estado. De modo, que é preciso ter sempre uma segunda opção para se deslocar na ocorrência do despejo. Nesse caso, montaram acampamento defronte à prefeitura e negociaram a cessão de transporte, de maneira que pudessem transferir o acampamento para a sede do Incra em Marabá. Esse acampamento durou cinco meses, tempo em que os sem-terra fizeram uma série de manifestações e negociações, viajando a Belém e a Brasília, na tentativa de mudar a conjuntura. O MST reivindicava a vitória da Rio Branco que fora acordada nas negociações com o Incra, mas que não se efetivava. Em dezembro, as famílias reocuparam a fazenda e o Incra acabou comprando 12 mil hectares do latifúndio.

⁴ Os Lunardelli possuem "*uma imensidão de terra pelo país afora*", (Graziano Neto, 1996, p.21). Em São Paulo e no Paraná, nas décadas de quarenta e cinquenta, o patriarca dessa tradicional família foi considerado o rei do café. (Coelho, 1997, p. 514). Na décadas de oitenta e noventa também eram latifundiários no Pará.

Com mais essa conquista, os sem-terra trabalhavam na consolidação do MST, formando os setores de atividades para discutirem a organização da educação e da produção nos assentamentos⁵. Desse modo, dimensionavam a luta e começaram as negociações com as secretarias de educação dos municípios onde estavam estabelecidos, para a implantação das escolas de ensino fundamental. Da mesma forma, negociavam com o Incra a liberação dos recursos do Programa Espacial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) para os assentados. Também fundaram a Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Rio Branco. Ainda, tiveram que fazer várias manifestações e ocuparam a prefeitura de Parauapebas para que fossem construídos os prédios das escolas e do posto de saúde no assentamento. No entanto dessa luta, o MST organizou vários grupos de famílias e no dia 26 de julho de 1994, duas mil e quinhentas famílias ocuparam uma área denominada Cinturão Verde, parte de uma concessão 411.946 hectares – autorizada pelo Senado Federal em 1986 (Almeida, 1994, p. 108) – para a Companhia Vale do Rio Doce.

Três dias depois da ocupação, as famílias foram despejadas e, novamente, transferiram o acampamento para a prefeitura de Parauapebas, que liberou ônibus e caminhões para transportar as famílias até a sede do Incra em Marabá. Todavia, dessa vez, a Polícia cercou a sede do Instituto impedindo a ocupação. Os trabalhadores negociaram com o superintendente, o estabelecimento do acampamento das famílias nas dependências do Incra. Os sem-terra ficaram acampados em Marabá durante cinco meses, negociando com os governos estadual e federal, sem que apresentassem soluções para a situação. Durante o tempo de acampamento, ocorreram prisões e as famílias fizeram várias manifestações na cidade de Marabá como forma de pressionar o Estado para a efetivação de projeto de assentamento. Foram a Belém para uma audiência como governador Almir Gabriel, que assumiu o compromisso de assentar as famílias e não tratar a questão como caso de polícia. Sem resultados concretos, as famílias retornaram para Parauapebas e fizeram uma manifestação defronte a entrada da Companhia Vale do Rio Doce. Negociaram uma área da prefeitura para o acampamento das famílias, onde permaneceram até maio de maio de 1995, quando ocuparam mais uma parte da fazenda Rio Branco.

A segunda ocupação da Rio Branco aconteceu no dia 15 de maio. Durante cinco meses, as famílias resistiram na área sob a ameaça constante

⁵ É importante destacar que as lutas da década de noventa diferenciam-se das da década de oitenta por trazerem as experiências de organização da ocupação e do assentamento construídas no processo formação e territorialização do MST.

de pistoleiros. Decidiram organizar uma marcha de setecentos quilômetros até Belém para cobrar do governador a promessa de assentar as famílias. No dia 18 de outubro iniciaram a marcha e conseguiram uma reunião com o Incra e com o governo estadual, que propuseram vistoriar a Rio Branco, desde que a marcha fosse cancelada. Os sem-terra não aceitaram a proposta, reivindicavam o assentamento imediato. A vistoria, tão somente, não era garantia de solução. Os laudos técnicos das vistorias eram muito mais uma armadilha na negociação política, já que na maior parte das vezes os resultados eram favoráveis aos latifundiários, como foi o caso da Rio Branco:

“Com 22 mil hectares de área total, a fazenda Rio Branco era coberta de pastagens, razoavelmente produtivas (sic), criando um gado de boa qualidade. Seu laudo de avaliação mostrou ser uma fazenda produtiva, impossível de ser desapropriada para fins de reforma agrária. Embora não fosse uma propriedade exemplar, mantinha a reserva florestal obrigatória, correspondente a 50% da área, e não tinha história de conflitos com os seus empregados. Mas foi escolhida para ser invadida. (Graziano, 1996, p. 21-2)

Dessa forma, a proposta do Incra e do governo estadual não apresentava solução para resolver os problemas das famílias em marcha. Assim, continuaram até Eldorado dos Carajás, e foram convidados para uma negociação em Brasília, quando foram informados que o Incra compraria mais três mil trezentos e oitenta e três hectares da Rio Branco para a implantação do assentamento. Depois de quinze meses de luta e resistência, aquelas famílias conquistavam o direito à terra, que denominaram de assentamento Palmares, em homenagem a Zumbi e à resistência.

Essa luta era parte da territorialização do MST – PA. Esse processo iniciara com as ocupações e conquistas das fazendas Ingá e Canarana, em Conceição do Araguaia, e o assentamento Rio Branco em Parauapebas. No movimento desse processo, o MST continuou o trabalho de base para formar novos grupos de famílias e organizar outra ocupação. Tinham em vista um latifúndio de quarenta e dois mil hectares, denominado fazenda Macaxeira, no município de Eldorado dos Carajás. Muitas das famílias que participavam dos trabalhos de base, foram posseiras nas terras da Macaxeira. A constituição desse latifúndio aconteceu por meio da violência e da impunidade. Essa história permanecia na memória dos expropriados. Segundo Graziano neto, 1996, p. 28: *“O problema residia no seu antigo dono, um político de Parauapebas. Diziam que no passado ele havia barbarizado as pessoas, ameaçado posseiros, brigando com os*

trabalhadores. Constava que havia conseguido aquelas terras pela força.” No dia 5 de novembro de 1995, em Curionópolis⁶, o então presidente do Incra, Francisco Graziano Neto, viera para um ato público de entrega dos lotes do assentamento Palmares. Para recebê-lo, além dos assentados, estavam mil e quinhentas famílias que reivindicavam a desapropriação da Macaxeira. Francisco Graziano relata esse momento:

“Quando chegamos em Curionópolis, fomos encaminhados para um terreno ao lado da rodovia federal. Havia lá uma grande aglomeração de gente. O circo, porém, era inesperado. Ao invés de agradecer pelo assentamento nas terras da fazenda Rio Branco, o MST queria reclamar a desapropriação de outra fazenda, chamada Macaxeira, que ficava perto dali...

Não é fácil. Ainda tentei invocar o testemunho do Fusquinha, o representante dos “sem-terra” que liderou o grupo que foi a Brasília negociar o fim daquele acampamento. Eles tinham se comprometido, publicamente, a não mais invadir terras na região, desde que fossem assentados na fazenda Rio Branco. Afinal, após tantos anos de sofrimento, acampados, vivendo na intempérie, receberiam a terra prometida.” (Graziano Neto, 1996, p. 23-4, aspas do autor).

Há que se fazer algumas observações a respeito dessas questões colocadas por Francisco Graziano, que precisam ser remetidas à sua tese de doutorado. Essa tese foi publicada e foi prefaciada por Fernando Henrique Cardoso, onde escreveu:

“O que o livro nos mostra é a história de uma ilusão. Ou melhor, de muitas ilusões: nem há no Brasil tanta terra agriculturável e disponível como se imagina, nem o latifúndio improdutivo continua a ser a base da produção e mesmo da estrutura da propriedade agrícola brasileira, nem existem tantos “sem-terra” ávidos pela posse da terra, como se imagina”. Cardoso, 1991, p. 10. Aspas do autor).

A existência de latifúndios e de sem-terra nunca foi ilusão, tampouco imaginação. Nem ontem, nem hoje. São cinco séculos de lutas contra o latifúndio, analisados por diversos cientistas, de várias áreas das Ciências Humanas, que estudam a questão agrária. Com relação a tese de Graziano Neto, temos as seguintes considerações. Primeiro, referindo-se aos latifúndios, tendo como base a análise dos dados estatísticos do Instituto

⁶ O nome desse município tem como referência o major Curió, que teve uma atuação política intensa no garimpo de Serra Pelada, no final da década de setenta. (Ver Kotscho, 1984). Também tentou desmobilizar o acampamento da Encruzilhada Natalino, em 1981, no município de Ronda Alta – RS. Ver Stedile e Fernandes, 1999, p.22..

Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o autor chega a seguinte conclusão:

“Conforme procuramos mostrar..., a predominância dos latifúndios na agricultura brasileira deve-se mais ao equívoco das estatísticas do que à realidade dos fatos. Em decorrência, a elevada e crescente ociosidade da terra no país também não corresponde à verdade. Isto significa que a ideologia anti-latifundiária, a qual nos acostumamos a raciocinar, merece ser substituída por visão mais moderna e coerente da realidade agrária”. (Graziano Neto, 1989, p. 74).

Segundo, com relação ao público da reforma agrária, Francisco Graziano escreve:

“Estima o PNRA [Plano Nacional de Reforma Agrária] que os beneficiários potenciais da reforma agrária, formados por trabalhadores “sem-terra”, posseiros, arrendatários, parceiros, parte dos assalariados rurais e minifundiários, somariam um contingente de 6 a 7 milhões de famílias...

A compreensão do porquê desses números não é fácil através da leitura do Plano. Não há indicativos seguros sobre os critérios utilizados para as estimativas dos chamados beneficiários potenciais da reforma agrária. (Graziano Neto, 1989, p. 84, grifos e aspas do autor).

Em síntese, Francisco Graziano contesta a existência e o interesse de um público tão amplo na realização de um programa de reforma agrária. Por outro lado, o autor não vê os latifúndios, mas sim “empresas modernas”. Enfim, a sua tese expressa, entre outros, o seguinte ponto: que o assentamento dessa população, principalmente da maior parte dos assalariados rurais, traria um colapso no sistema alimentar. E segundo Graziano Neto: “Esse raciocínio não é forçado, desde que se considere a existência de uma agricultura industrializada e não latifundiária. (Graziano, 1989, p. 114). Evidente que com essa compressão da questão agrária, a luta dos sem-terra é um estorvo para a “modernização” da agricultura. Mais ainda, o autor defende que o próprio processo de desenvolvimento do capitalismo incorpora grande parte dos sem-terra por meio o assalariamento, promovendo o desenvolvimento rural (Graziano Neto, 1989, p. 115). Desse ponto vista, soluciona-se o problema com a oferta de empregos aos assalariados e com integração da agricultura familiar à agroindústria e, quando necessário, com uma política de assentamentos rurais para solucionar os casos mais críticos de conflitos. O equívoco dessa tese comparece, em parte, em trabalho mais recente do autor:

"Pouco emprego. E uma riqueza concentrada nas mãos dos grandes fazendeiros, geralmente homens do Sudeste e Sul do país. Enormes fazendas, mas nada de latifúndio. Trata-se de empresas produtivas, com pastos plantados, criando gado de excelente qualidade. Sua opulência, entretanto, é um acinte à pobreza regional. Perdem-se de vista as divisas dessas terras, milhares de alqueires cada uma, muitas delas griladas por jagunços a mando de proprietários (sic). O gado recebendo maior atenção que as pessoas." (Graziano Neto, 1996, p. 26).

Essa leitura que Graziano Neto faz da questão agrária, revela incoerência no tratamento do problema. Embora afirme que as enormes fazendas não são latifúndios, reconhece a grande dimensão dessas terras e o processo de grilagem, tão comum na Amazônia (como em todo o país). Ele "ignora" os interesses desses latifundiários, tentando rotulá-los de "empresários modernos", que disseminam a violência contra os posseiros, os sem-terra e os índios. A impunidade e a arbitrariedade que fazem, da mesma forma, com que os trabalhadores sejam escoraçados e muitas vezes submetidos ao trabalho escravo. Embora reconheça a existência de terras griladas e a miséria da população, associada a não realização da reforma agrária, quer que o MST não continue com as ocupações, desconsidera essa importante forma de acesso à terra, que tem garantido a existência dessa população. Dessa forma, os sem-terra não esperam: fazem, reivindicam, resistem e ocupam terras e espaços políticos fundamentais para romper com essa presunção a respeito do problema agrário. Essa questão não é linear, nem técnica. Existem vários caminhos possíveis para buscar soluções, todavia os que mais deram resultados aos sem-terra foram a ocupação e a pressão política. Não tratar profundamente essas questões, impede soluções possíveis aos conflitos.

Evidente que do ponto de vista de Graziano Neto, os latifundiários aparecem no cenário da questão agrária como "os mocinhos" e os sem-terra como "os bandidos". Assim, a leitura que o autor faz do problema chega a ser grotesca:

"Contando com a compreensão dos proprietários, moços jovens, em alguns dias de negociação resolvemos uma pendência que se arrastava há tanto tempo, configurando o maior conflito agrário da Amazônia. Ficava claro que o diálogo, o convencimento, a franqueza da negociação numa mesa aberta, era o melhor caminho para resolver os conflitos agrários do país.

A alegria dos trabalhadores foi tamanha, que me convidaram para estar presente no ato de entrega daquelas terras. Queriam fazer uma festa. Marcaram a data e lá fomos nós ao Pará, satisfeitos com a solução do conflito, querendo simbolizar a vontade do governo federal de equacionar rapidamente (sic) a situação dos acampamentos de "sem-terra", que somavam 140 situações pelo país a fora. (Graziano Neto, 1996, p. 23).

Nos parâmetros da tese de Graziano Neto, os latifúndios são comprados, os latifundiários são compreensivos porque aceitam negociar e, por tudo isso, os sem-terra devem ficar felizes e não fazer mais ocupações, já que não há terras ociosas e nem há tantos sem-terra interessados para serem assentados. Mais um equívoco de Graziano, constatado ao chegar em Curionópolis e encontrar mais mil e quinhentas famílias exigindo a desapropriação da Macaxeira. A realidade encontrada não era o que ele esperava e contrariava a sua tese:

"Senti aquilo como uma verdadeira traição. Minha reação foi imediata. Chamei a liderança do movimento e ameacei: "Se invadirem a Macaxeira, não recebem a Rio Branco". E, contemporizando, me comprometi a mandar realizar uma vistoria técnica na nova área, pra ver se era produtiva ou não. A lei tinha que ser cumprida." (Graziano Neto, 1996, p. 24-5).

Francisco Graziano não tinha outra opção, a não ser mandar fazer a vistoria. Como os sem-terra não tinham outra opção, a não ser ocupar a terra. A falta de opções está diretamente relacionada com a inexistência da reforma agrária.

Durante cinco meses, de 5 de novembro de 1995 até 8 de março de 1996, em torno de mil e quatrocentas famílias montaram acampamento no Centro de Orientação e Formação Agropastoril de Curionópolis, aguardando o resultado da vistoria da Macaxeira. No laudo de avaliação "técnica", o latifúndio foi classificado como produtivo. Os sem-terra ocuparam a Macaxeira e organizaram a resistência contra os jagunços e a Polícia. Iniciaram o processo de negociação com o Incra que propôs assentá-los em um projeto de assentamento de cento e cinquenta mil hectares, na região de Tucuruí. Os sem-terra não concordaram. Muitas famílias haviam enfrentado problemas com malária naquela região. Não aceitaram o desterro, o objetivo das famílias era o latifúndio Macaxeira. Há tempos, a Macaxeira havia sido dividida em treze fazendas (Essa é uma estratégia muito utilizada pelos latifundiários para evitarem a desapropriação), de modo que os sem-terra

iniciaram as pressões para tentarem mudar a conjuntura. No dia 10 de abril de 1996, em torno de duas mil pessoas iniciaram nova marcha para Belém.

No dia 16 de abril de 1996, quando chegaram na "curva do S", em Eldorado dos Carajás, os sem-terra decidiram bloquear a rodovia PA 150, como forma de pressionar o governo para a negociação e exigir comida. Com o bloqueio, o governador enviou um comandante da Polícia Militar de Parauapebas para negociar. Ficou acordado que se a rodovia fosse liberada, o governo enviaria alimentos e 50 ônibus para que os sem-terra fossem até Marabá, onde haveria negociações com o superintendente do Inera. Às onze horas do dia 17 de abril, foram informados pelo comandante que o acordo não seria cumprido. Os sem-terra decidem bloquear a rodovia novamente. Às 16 horas chegaram dois batalhões da Polícia Militar: um vindo de Marabá e o outro de Parauapebas. E não vieram para negociar. Chegaram atirando e jogando bombas de gás lacrimogêneo. Os sem-terra tentaram reagir com pedras e paus e com as poucas armas que tinham. Aconteceu o massacre. Segundo os dados oficiais: foram dezenove sem-terra mortos. A repercussão desse fato foi internacional. Era o segundo massacre no governo Fernando Henrique Cardoso. O primeiro foi em Corumbiara, Rondônia, em 9 de agosto de 1995, quando quinhentas e quatorze famílias, organizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara, ocuparam a fazenda Santa Elina. Durante o despejo violento, dez sem-terra e dois policiais foram mortos.

No dia 2 de maio de 1996, doze membros da Coordenação Nacional do MST reuniram-se com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o ministro da reforma Agrária, Raul Jungmann. Por causa do massacre, o presidente havia criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, em 30 de abril de 1996, e demitiu o ministro da Agricultura José Eduardo Andrade Vieira, que tinha sob seu comando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O MST apresentou ao presidente alguns pontos fundamentais para a realização da reforma agrária, responsabilizou o governador Almir Gabriel e o ministro da Justiça pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, exigiu a prisão preventiva dos policiais que participaram do episódio e reivindicava a desapropriação imediata do latifúndio Macaxeiras.

Os sem-terra enterraram seus mortos e retornaram para a Macaxeira. Metade das famílias se dispersou. Em 1997, com nova vitória, algumas áreas da Macaxeira foram classificadas como improdutivas e parte do latifúndio foi desapropriada, onde foram assentadas seiscentas e noventa famílias em dezoito mil e oitenta e nove hectares. O assentamento foi batizado de 17 de abril. O arquiteto Oscar Niemeyer projetou um

monumento que chamou de Eldorado Memória. No dia sete de setembro, o monumento foi inaugurado em Marabá. Duas semanas depois, com constantes ameaças de destruição pelos latifundiários, o monumento foi derrubado a golpes de picaretas. No assentamento provisório as famílias começaram a plantar suas primeiras roças e a constituir os setores de atividades do Movimento. Inauguram suas escolas e os cursos de alfabetização de jovens e adultos. Nesse tempo, o MST inaugurou a Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sul e Sudeste do Pará. Participando desse processo de consolidação do MST - PA, as famílias do assentamento 17 de Abril reconstruíam suas vidas. Continuaram os trabalhos de base para organizar novos grupos de famílias. Afinal, existem muitos sem-terra e muito latifúndio para ocupar.

De 10 a 17 de abril de 1997, em vários países aconteceram exposições de fotos de Sebastião Salgado, intitulada TERRA, com texto de José Saramago e um disco compacto com músicas compostas e interpretadas por Chico Buarque. A primeira exposição aconteceu em Bruxelas, na Bélgica, quando o MST recebeu o Prêmio Internacional Rei Balduino para o Desenvolvimento. As exposições foram espaços, onde o MST divulgou a luta pela terra e pela reforma agrária, denunciou a violência e a impunidade, realizando várias manifestações e instituindo o dia 17 de abril como o Dia Internacional de Luta Camponesa.

No Pará, o MST continuou a luta e a resistência camponesa enfrentando os latifundiários e a impunidade. No dia 14 de março de 1998, em torno de quinhentas famílias ocuparam a fazenda Goiás II, em Parauapebas. Tentaram resistir, mas ante as ameaças constantes dos pistoleiros da fazenda resolveram desocupar a fazenda. No dia 26 de março, transferiram o acampamento para uma área próxima ao assentamento Carajás e, durante a mudança, foram emboscados pelos pistoleiros. No ataque, nove sem-terra ficaram e feridos e duas lideranças foram mortas: Onalício Araújo Barros, conhecido como Fusquinha, e Valentim Serra. Em agosto de 1999, em Belém, aconteceu o primeiro julgamento e os comandantes da operação que resultou no massacre de Eldorado dos Carajás foram absolvidos. O julgamento foi interrompido. Até o momento, a violência impunidade dos assassinos de trabalhadores é uma realidade.

Por outro lado, os latifundiários - empresários fazem negócios com os conflitos. Como é o caso da fazenda Vale do Rio Cristalino. Esse latifúndio de 139.392 hectares, foi propriedade da Volkswagen, que em 1973 recebeu em investimentos US\$ 25 milhões, sendo que da

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia veio a maior parte. Segundo Martins, 1984, p. 79:

"Faz aproximadamente três meses que vários jornais do país publicaram uma denúncia de trabalhadores rurais, peões, firmada perante testemunhas idôneas em Cartório de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, de que havia cerca de 600 escravos trabalhando na fazenda Vale do Rio Cristalino, de propriedade da Volkswagen, no sul do Pará. Esses trabalhadores haviam conseguido fugir... A grande empresa alemã desenvolve na Amazônia, criação de gado, com enormes subsídios do governo brasileiro, que ultrapassam mais da metade de seu capital, em base técnicas sofisticadas..."

Esse latifúndio, que seria considerado uma empresa moderna por Graziano Neto, foi vendido em 1986 para o Grupo Matsubara, do Paraná. Em 1997, foi arrematado por Eufrásio Pereira Luiz, dono da Eufrásio Veículos - uma concessionária Ford em São Paulo - por R\$ 20 milhões em um leilão. Em janeiro de 1999, o latifundiário pagou R\$ 22,3 mil às lideranças do Movimento Brasileiro dos Sem-Terra - MBST, para que mil e quinhentas famílias ocupassem a Vale do Rio Cristalino. Imediatamente começou as negociações com o Incra para a desapropriação do latifúndio por R\$ 40 milhões. A negociata foi descoberta e o processo está paralisado⁷. As famílias que ocuparam a fazenda, foram mobilizadas pelo MBST. Esse movimento nasceu no Distrito Federal, suas lideranças são vinculadas ao Partido Socialista Brasileiro e realizam ocupações no Distrito Federal, no Maranhão e no Pará. Esse é um exemplo de cooptação que mostra uma forma dos empresários e latifundiários se apropriarem de terras, com o objetivo de tirar boas vantagens da questão agrária. Essa forma de fraude tem crescido com as condições criadas pela recente política governamental implantada, denominada Banco da Terra, que surgiu para viabilizar a mercantilização da questão agrária.

Assim, os sem-terra continuam ocupando a terra, pois sabem que a reforma agrária só será efetivada se eles estiverem organizados, e dessa forma reivindicam justiça para seus mortos, lutando contra a impunidade e a violência. O massacre de Eldorado dos Carajás é mais uma marca de sangue na história desses 500 anos de latifúndio e de luta pela terra.

⁷ A respeito, ver: Folha de São Paulo, 15 de agosto de 1999 e 27 de agosto de 1999.

Bibliografia

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A Guerra dos Mapas*. Belém: Falangola, 1994.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Prefácio". In GRAZIANO NETO, Francisco. *A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991., p. 9-14.
- COELHO, Maria Célia Nunes. "A polêmica ocupação dos sem-terra na região dos Carajás". In: XIMENES, Tereza. *Perspectivas do desenvolvimento Sustentável (uma contribuição para a Amazônia)*. (org.). Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)/Associação de Universidades Amazônicas, 1997, p.p. 495 - 530.
- CPT. *Assassinatos no Campo - Brasil 1985 - 1998: violência e impunidade*. CPT: Itaiç, 1999.
- EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos Castanhais*. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ NAEA/ Universidade Federal do Pará, 1987.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. "La territorialización del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brasil". In: MAYA, Margarita Lopez (org.). *Lucha Popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular em América Latina em los años de ajuste*. Caracas: Nueva Sociedad, 1999.
- _____. "Brasil: 500 anos de luta pela terra". *Revista de Cultura Vozes*, nº 2, ano 93. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. "A judicialização da luta pela reforma agrária". In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. "Brésil: quelle réforme agricole? Diffusion de l'information sur l'Amérique Latine". Lyon: Dial Nouvelle, Série, 16-31 mars 1999.
- _____. *Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: Formação e Territorialização do MST: - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - 1979 - 1999*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese de Doutorado)
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Rio Maria: canto da terra*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- GRAZIANO NETO, Francisco. *A Verdade da Terra: crítica a reforma agrária distributivista*. São Paulo: FGV, 1989. (Tese de Doutorado)
- _____. *"A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.
- _____. *Qual Reforma Agrária? Terra, pobreza e Cidadania*. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando*. Rio de Janeiro, Belém: Vozes/FASE/NAEA, 1991.
- KOTSCHO, Ricardo. *O Massacre dos Posseiros: conflitos de terras no Araguaia – Tocantins..* São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Serra Pelada: uma ferida aberta na selva*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LEROY, Jean-Pierre. *Uma Chama na Amazônia*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Fase, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. *A chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MST. *Assassinatos no Campo: crime e impunidade – 1964 – 1985*. MST: São Paulo, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papyrus, 1987.
- _____. *Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papyrus, 1988.
- _____. *A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo: FFLCH/USP, 1997. (Tese de Livre Docência)
- OILVEIRA FILHO, Moacyr. *Rio Maria: a terra da morte anunciada*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.
- PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- STÉDILE, João Pedro, FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.